

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.685 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2003

DEBATE NO SENADO

Bastos quer retirar dinheiro que financia crime organizado

Em exposição no Senado, ministro da Justiça afirma que combate ao crime organizado deve impedir lavagem de dinheiro, privando os chefes dos bandos desses recursos. Para tanto, o Ministério da Fazenda precisa ter especialistas em lavagem de dinheiro; o Ministério Público, procuradores que saibam tudo sobre o assunto; e o Poder Judiciário, juízes que entendam como esse crime se processa e se infiltra na sociedade.

“Numa palavra, especialização”, explicou. Vários senadores participaram do debate, no Plenário.



Márcio Thomaz Bastos (segundo à esquerda) expõe ao Senado suas propostas para combater a criminalidade. Na Mesa, Tuma, Sarney e Eduardo Siqueira Campos

Roosevelt Pinheiro

PÁGINAS 3 A 6

Sérgio Amaral é aprovado na CRE

Na sabatina do diplomata Sérgio Amaral, indicado para o cargo de embaixador do Brasil na França, senadores discutiram formas de incrementar o comércio com a Europa.

PÁGINA 7



Sérgio Amaral (ao centro) é cumprimentado por senadores no fim da sabatina

José Cruz

Combate ao remédio falso terá audiência

PÁGINA 8

Comissão aceita indicações para diretoria do DNIT

PÁGINA 8



Roque de Sá

Seminário coordenado por Iris terá palestras sobre Código Civil e sobre saúde feminina

Iris de Araújo promove evento Mulher 2003

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) promove hoje, em Goiânia, o seminário Mulher 2003. O evento vai abordar dois temas: o novo Código Civil e a saúde feminina. O encontro ocorre no auditório do edifício central da Caixa Econômica Federal.

A primeira palestra será da juíza da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Saete Maria Polita Maccaloz, que também é professora do curso de Direito da Universidade Estadual do RJ (UERJ). Ela falará sobre "Código Civil Brasileiro na questão da mulher e da família". O médico José Aristodemo Pinotti abordará o tema "A mulher casada: maior grupo de risco em Aids e incidência do câncer de mama".



Jane de Araújo

SARNEY RECEBE CUMPRIMENTOS DOS SERVIDORES

Completando 73 anos, o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem os cumprimentos dos servidores da Casa e foi presenteado com uma caneta, entregue pelo diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, em nome dos funcionários.

Sarney agradeceu a homenagem e expressou sua gratidão dizendo o que sempre repete a respeito dos que trabalham na Casa:

— Nós temos no Senado um corpo de servidores exemplar, que é o orgulho da administração pública brasileira.

Ao final da tarde, o Coral do Senado fez uma apresentação cantando *Carinhoso*, de Pixinguinha.

Processo Legislativo será ensinado pela Internet

Programa de formação a distância do ILB, com 19 módulos, começa em maio pela rede mundial de computadores e pela TV Senado

O mais novo programa de ensino a distância do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), intitulado Processo Legislativo a Distância, foi lançado ontem pelo primeiro-secretário da Mesa do Senado, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

— A difusão do conhecimento é a maneira mais rápida de ajudar na construção da cidadania — disse Tuma durante *workshop* de Processo Legislativo, coordenado pela secretária-adjunta da Mesa, Cláudia Lyra.

O senador destacou a "visão de estadista" do presidente do Senado, José Sarney, ao buscar formas de melhor servir à população, ajudando na capacitação dos legislativos estaduais e municipais. Ele elogiou a iniciativa do ILB e o nível dos quadros técnicos do Senado.

O novo programa do ILB, dividido em 19 módulos, deve entrar no ar a partir de maio, tanto pela Internet como pela TV Senado, segundo informação do diretor-executivo do ILB, Florian Madru-



José Cruz

Tuma, entre Agaciel da Silva Maia (E) e Raimundo Carreiro Silva, lançou ontem programa de ensino a distância do ILB

ga. O objetivo principal do programa é capacitar os funcionários das câmaras municipais e das assembleias legislativas. Na opinião do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, o programa do ILB dará uma grande contribuição para melhorar o processo legislativo das câmaras dos pequenos municípios. Ele ressaltou a importância do aprimoramento contínuo dos funcionários da Casa para dar maior segurança

aos senadores e agilizar a tramitação dos projetos.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, lembrou que a modernização do Legislativo ganhou velocidade a partir de 1995, quando o presidente do Senado, José Sarney, elegeu a divulgação das informações do Parlamento como prioridade, instalando os serviços de rádio e televisão, além da agência de notícias e do *Jornal do Senado*.

Bloco governista debate LDO e Orçamento da União

O bloco de apoio ao governo (PT, PSB, PTB e PL) reuniu-se na manhã de ontem com representantes da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado para uma palestra técnica sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e sua relação com o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento da União.

O objetivo do encontro, proposto pela assessoria parlamentar da liderança do PT, foi reforçar a atuação dos parlamentares, principalmente aqueles que participam da Comissão Mista de Orça-

mento (CMO), familiarizando-os com o lado técnico do processo de definição da proposta orçamentária do Executivo.

Durante a exposição, foram destacados os aspectos mais relevantes do projeto da LDO para 2004, já enviado ao Congresso, e as principais diferenças em comparação com a LDO que serviu de base para a elaboração do Orçamento de 2003. Também foram apresentadas projeções dos parâmetros macroeconômicos para o período compreendido entre 2004 e 2006.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2003

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 22/99, da nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); Requerimentos nºs 217/03, do senador Roberto Saturnino, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 103/99 e 220/00 com os de nºs 169 e 502, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; e nºs 218, 219 e 234, de 2003, do senador Osmar Dias, solicitando, respectivamente, que sobre o PLC nº 95/03, além da comissão constante no despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação; que sobre o PLC nº 30/02, tramitando em conjunto com PLS nº 9/02, além da comissão constante no despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação; e a retirada em caráter definitivo do PLS nº 167/00; e substitutivo ao PLS nº 79/95, dispõe sobre a distribuição dos recursos do salário-educação.

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 96/02, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Synesio Sampaio Góes Filho para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, exercer o cargo também junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo; Mensagem nº 69/03, solicita a retirada da Mensagem nº 298/02, de indicação de Valdemar Carneiro Leão Neto para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela; e PLSs nºs 135, 136, 137, 138 e 139, de 1997, autorizam a criação de distritos agropecuários nos municípios de Caroebe, Rorainópolis, Bonfim, Itacema e Mucajaí, em Roraima.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em segundo turno, da PEC nº 16/02, altera o inciso I do artigo 159 da Constituição (destina o percentual de 0,5% da arrecadação do IR e do IPI para aplicação pelas instituições federais de ensino superior da Amazônia Legal); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 72/99, altera a Constituição para definir que os vetos presidenciais serão apreciados em reuniões separadas das duas Casas do Congresso Nacional; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 34/99, altera dispositivos dos artigos 165, 166 e 167 da Constituição (cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento); substitutivo do Senado ao PLC nº 53/01, altera a redação do art. 10 da Lei nº 9.504, que estabelece normas para as eleições, para modificar o número de candidatos às eleições; substitutivo ao PR nº 10/01, acrescenta parágrafos ao art. 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária; entre outras matérias.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Itacema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

DEBATE NO SENADO

Ministro quer acabar com lavagem de dinheiro

Em sua exposição inicial durante audiência pública no Plenário do Senado, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou ontem que o crime organizado deve ser combatido impedindo-se a lavagem de dinheiro, o que privaria os chefes dos bandos desses recursos. Ele ressaltou que essa é uma mudança de mentalidade no combate ao crime

que o governo Luiz Inácio Lula da Silva quer implantar no Brasil.

Thomaz Bastos explicou que, para ser eficiente, esse combate precisa ter, no Ministério da Fazenda, especialistas em lavagem de dinheiro, no Ministério Público, procuradores que saibam tudo sobre o assunto e, finalmen-



Entre Romeu Tuma e José Sarney, o ministro Márcio Thomaz Bastos debate com senadores

te, no Poder Judiciário, juízes que entendam como esse crime se processa e se infiltra na sociedade. "Numa palavra, especialização", explicou.

Em torno dessa diretriz básica, são necessários presídios de segurança máxima que isolem os chefes do crime de seu dinheiro,

de seu bando, disse. Ele informou que serão construídas cinco penitenciárias federais de segurança máxima, onde a privação de recursos financeiros e de comunicação será a maior preocupação.

Também no Ministério da Justiça, explicou, está sendo estruturado um sistema especial de com-

bate à lavagem de dinheiro, visando recuperar ativos. O primeiro passo é elaborar um cadastro nacional de correntistas de bancos e o segundo é armazenar todas as informações em computadores, para agilizar sua atualização.

ESCOLA

Thomaz Bastos disse que, por inadvertência, foram criadas no Brasil verdadeiras linhas de produção da criminalidade.

— Desde a Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem), passando pelas polícias civil e militar, pelo Poder Judiciário e pelo sistema penitenciário, o Brasil tem uma verdadeira escola do crime, onde o garoto entra menor de idade,

quase inocente, e sai, depois de todas as etapas, com pós-graduação em crimes de alta periculosidade — afirmou.

O grande desafio, afirmou o ministro, é desmontar essa linha, combatendo o crime em cada uma dessas etapas. Ele informou que o ministério está criando o Sistema Único de Segurança Pública, que, sem tutelar os estados, pretende estabelecer contratos de parceria para combate ao crime.

O ministro observou ainda que a certeza da punição é um elemento dissuasório que funciona melhor do que o aumento das penas. Para garantir que o criminoso será punido, ressaltou, torna-se necessário empreender uma reforma radical do Poder Judiciário, capaz de ministrar justiça rápida e eficiente para todos.

Capiberibe defende ações para evitar corrupção de agentes

A lavagem de dinheiro, pela qual os recursos obtidos por meio de práticas criminosas perdem seu aspecto ilícito, deve, na opinião do senador João Capiberibe (PSB-AP), ser alvo da repressão efetiva do Estado. Para Capiberibe, é com o dinheiro "lavado" que o crime organizado corrompe agentes do Estado, fazendo com que "nenhuma prisão do país seja segura".

O ministro Márcio Thomaz Bastos concordou com o senador, pois, no seu entendimento, se o dinheiro ilícito não conseguir ingressar no mercado legal, o crime organizado "perde o sentido". Thomaz Bastos afirmou que o programa de Segurança Pública do governo envolve 12 ações para que a legislação de combate à lavagem de dinheiro seja efetivamente obedecida.

— As pessoas físicas e jurídicas não se sentem ameaçadas se não cumprirem as determinações legais. Em qualquer país civilizado, o Ministério Público pode acompanhar as transações bancárias ligadas à criminalidade — afirmou o ministro, que revelou que o governo vai propor o bloqueio administrativo, por via judicial, de recursos de origem duvidosa.

Capiberibe elogiou a iniciativa do governo de encarar o proble-



João Capiberibe defende integração das polícias e do Ministério Público

ma da Segurança Pública como uma questão política. Ele lamentou a limitação da capacidade de investimento no setor, tendo em vista que a maior parte do orçamento público é usada no pagamento dos serviços da dívida. O senador entende que, quando a população tiver controle sobre o destino dos recursos públicos, voltará a ter confiança nas instituições, inclusive na polícia.

Com o apoio do ministro, Capiberibe defendeu a integração das polícias militar, civil e federal e do Ministério Público, colocando os seus agentes em um mesmo espaço físico. Ele também lamentou que boas leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que diz respeito à redução dos infratores, não tenham sido implementadas.

Sérgio Cabral pede mais recursos para o Rio

Em 2002, o estado do Rio de Janeiro recebeu 3,55% de um total de R\$ 324 milhões em recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), apesar dos índices alarmantes de violência. A afirmação foi feita pelo senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) durante a audiência com o ministro da Justiça. Cabral recebeu do ministro o compromisso de que, para 2003, o governo federal deverá gastar cerca de R\$ 400 milhões no Rio de Janeiro, ou 10% dos recursos do fundo.

— O Fundo Nacional de Segurança Pública funcionava como tesouraria à espera dos projetos



Sérgio Cabral: Rio ficou no ano passado com apenas 3,55% dos recursos de fundo nacional

estaduais. O fundo não destinava recursos dentro de um planejamento, mas de forma tópica, assistemática. O fundo será agora

o gestor da implantação do nosso sistema único de segurança pública — explicou o ministro Thomaz Bastos.

Sérgio Cabral demonstrou preocupação com a falta de estrutura da Polícia Federal no estado do Rio e com a inexistência de um cadastro nacional único para uso das polícias. O ministro disse que o governo está viabilizando financiamento com o governo alemão para a implantação de um cadastro único. Outra preocupação do senador diz respeito ao tratamento aos usuários de droga e aos programas de proteção a testemunhas.

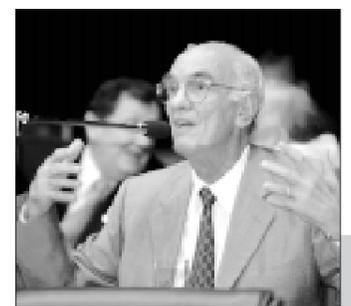
Saturnino cobra reforço policial e investimentos econômicos

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) advoga a adoção de medidas mais urgentes para conter a violência no Rio de Janeiro. Ele sugeriu como iniciativas de curto prazo o reforço policial e investimentos de cunho econômico e social.

Saturnino reivindicou tratamento especial para o estado alegando a existência de algumas "especificidades". Além do esvaziamento econômico iniciado com a transferência da capital federal para Brasília, apontou a discrimi-

nação "política" no repasse de recursos federais, a alta concentração populacional urbana e "a atitude pragmática de certos governos em fazer vista grossa ao que se passava nos morros".

Saturnino questionou o ministro sobre a legalização dos títulos de posse nas favelas cariocas e o andamento da investigação da Polícia Federal sobre remessa ilegal de dinheiro para os Estados Unidos. Quanto à regularização das propriedades, Márcio Thomaz Bastos explicou que o processo



Roberto Saturnino reivindicando tratamento especial para o estado do Rio de Janeiro

está sob a responsabilidade do Ministério das Cidades. Em relação à operação nos Estados Unidos, informou que está sendo finalizada a coleta de dados por um delegado e um perito da PF.

DEBATE NO SENADO

Tasso pede combate também ao crime não organizado

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse haver hoje grande preocupação com o crime organizado, mas, observou, "o crime desorganizado aflige muito mais o dia-a-dia do cidadão". Essa criminalidade avulsa, acrescentou, torna-se "uma grande alavanca do crime organizado". Para Tasso, esse crime afeta hoje as capitais nordestinas de médio porte na mesma proporção que havia no Rio de Janeiro e São Paulo há dez anos.

Ao responder, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, afirmou que o crime "acidental" precisa ser combatido com o mesmo rigor que o crime organizado. Ele lembrou que há 20 anos a economia não cresce e há 30 anos não há distribuição de renda no país, gerando na juventude "um grande exército a ser cooptado pela marginalidade". Reconheceu, no entanto, não ser possível "esperar que se resolvam essas circunstâncias estruturais".

Entre as ações imediatas, o ministro anunciou que o Executivo enviaria com urgência ao Congresso um



Tasso Jereissati observa que é muito difícil tirar um policial corrupto das ruas

projeto simplificando o processo de demissão de policiais corruptos. Tasso Jereissati havia lembrado o quanto é difícil tirar um policial corrupto das ruas.

Já a corrupção dentro das cadeias foi considerada "mais séria" pelo ministro. Ele defendeu uma ação mais vigorosa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra advogados corruptos. Jereissati observara nunca ter visto a OAB punir qualquer advogado envolvido em ações ilícitas com condenados. Quanto aos agentes penitenciários, o ministro considerou a questão "mais complicada", exemplificando que, ao mesmo tempo em que os criminosos presos oferecem propinas, ameaçam os agentes ou seus parentes.

Thomaz Bastos anunciou também o aproveitamento de soldados, cabos e sargentos desligados do Exército na contratação emergencial de 200 agentes carcerários para os presídios federais que serão construídos.

Suplicy defende penas alternativas e teme excesso na incomunicabilidade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a possibilidade de mudança na legislação para facilitar a adoção de penas alternativas à prisão, por entender que esta deve ser reservada apenas aos criminosos de grande perigo para a sociedade, quase sem possibilidade de recuperação. O ministro manifestou-se favorável à adoção maior de penas alternativas, que, no Brasil, abrangem apenas 7% dos casos.

Suplicy também se manifestou sobre a proposta, em tramitação no Congresso, de aumento no período de incomunicabilidade dos presos, que poderia chegar a um ano, o que considerou excessivo. Para o senador, a medida poderia afetar o equilíbrio emocional e psicológico do detento. O ministro respondeu que essa medida somente será utilizada em casos extremos, como o de um

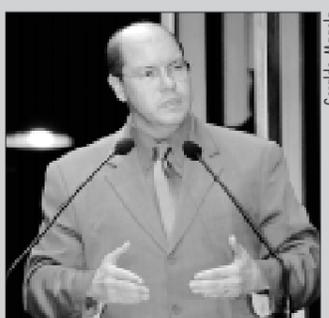


Suplicy defende prisão apenas para criminosos que representam grande perigo

chefe de quadrilha, pois a incomunicabilidade longa visa a cortar a cabeça da organização criminosa.

— A experiência mostra que períodos menores não funcionam — garantiu o ministro.

O senador perguntou, ainda, se Thomaz Bastos era favorável ou não à discriminação das drogas. O ministro disse que mandará a resposta por escrito, devido a compromisso inadiável com o presidente Lula.



Demostenes Torres considera escola integral uma forma de prevenir a criminalidade

Demostenes sugere medidas para reforma da segurança pública

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) elogiou as medidas contra a violência propostas pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que participou de debate no Plenário com os senadores, e apresentou suas sugestões para o que chamou de "reforma da tranquilidade", clamada pela sociedade brasileira. O senador afirmou que uma reforma da segurança pública passa necessariamente pela prevenção da criminalidade, a organização das polícias, a reforma do Judiciário, a severa punição aos crimes graves e a recuperação do delinqüente.

No campo da prevenção ao crime, é necessário adotar a escola integral, preconizada também pelo ministro da Educação, Cristovam Buarque. Para Demostenes, essa seria uma forma de tirar as crianças da rua e afastá-las do tráfico.

A maior discordância do senador em relação ao ministro deveu-se à questão do exame criminológico, usado como subsídio para que o Poder Judiciário possa conceder benefícios aos detentos, cuja abolição vem sendo defendida pelo governo. O senador entende que a maneira mais adequada de detectar a periculosidade do preso é submetê-lo à análise de equipe formada por psicólogos e sociólogos, e não concorda que essa decisão fique nas mãos de uma autoridade administrativa. Na sua opinião, o fato de o preso ter tido um bom comportamento carcerário não implica necessariamente que possa ser colocado em liberdade.

Márcio Thomaz Bastos disse concordar com quase todas as propostas formuladas pelo senador. Sobre o exame criminológico, no entanto, o ministro observou que 20 anos de experiência desse sistema demonstraram sua ineficácia. Para o ministro, a melhor maneira de aferir o bom comportamento é aquela que está no prontuário do preso.

Para Simon, só a fome é pior do que a violência urbana no Brasil

A questão da violência é tão grave que o governo deve cuidar logo dos problemas emergenciais, como a criminalidade no Rio de Janeiro, defendeu o senador Pedro Simon (PMDB-RS) no debate ocorrido ontem no Plenário do Senado com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Para o senador, afora a fome, a violência urbana é o problema mais dramático do país.

O senador pediu ao ministro a regulamentação da lei aprovada no Senado e na Câmara que estabelece o número único para todos os documentos, que acompanhará a pessoa pelo resto de sua



Pedro Simon afirma que governo deve enfrentar logo os problemas emergenciais

vida. De acordo com Simon, a medida facilitará o trabalho da polícia na apuração da responsabilidade criminal.

Reforma tributária pode incentivar povo a viver na legalidade, diz Motta

O senador João Batista Motta (PPS-ES) defendeu uma reforma tributária "voltada para o povo", que permita à população produzir e comercializar sem ser onerada pelo Estado. É incentivando as pessoas a viverem na legalidade, entende Motta, que a reforma tribu-



João Batista Motta elogia condução da segurança pelo governo Lula

tária pode contribuir no esforço contra a criminalidade. Caso contrário, acredita, o tráfico de drogas continuará a aliciar pessoas.

— Muitos comerciantes de drogas eram pais de família, trabalhadores que ingressaram no crime por

la, que, segundo ele, está determinado a dar prioridade ao combate à violência. O Espírito Santo, disse, vem recebendo atenção especial do Ministério da Justiça, e o governador Paulo Hartung, apoio para pôr fim à violência.

Mão Santa quer usar parte da dívida estadual para enfrentar violência

O senador Mão Santa (PMDB-PI) apresentou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, proposta de financiamento dos investimentos em segurança pública com recursos utilizados no pagamento das dívidas dos estados. Ele sugeriu



Mão Santa defende melhoria na renda das famílias dos policiais

que o ministro leve ao presidente Lula a idéia de se utilizar 5% do montante destinado a pagar as dívidas dos estados com a União para empregar no sistema de segurança.

— Os estados estão sacrificados e

os governadores precisam de dinheiro para investir — disse.

Mão Santa também propôs a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador no custeio de cursos profissionalizantes destinados às esposas de policiais. Ele acredita que a medida aumentaria a renda das famílias dos policiais. Outra sugestão foi a de instituir financiamento habitacional específico para policiais.

DEBATE NO SENADO

Tião Viana pede aprovação de projeto sem corporativismo

O senador Tião Viana (PT-AC) pediu o auxílio do ministro Márcio Thomaz Bastos nos esforços pela aprovação da proposta de reforma do Judiciário, que tramita no Congresso Nacional desde 1992. Tião Viana fez a ressalva de que o texto a ser adotado deve ser diferente do que se encontra pronto para votação no Senado, que, segundo ele, atende a interesses corporativos. Para o senador, a reforma do Judiciário será um instrumento importante no combate à violência.

Durante a audiência pública realizada ontem, em Plenário, Tião Viana apresentou dados sobre o aumento da criminalidade nos últimos anos. Segundo ele, em 2000, ocorreram 17 mil homicídios no estado do Rio de Janeiro. Outro dado destacado por ele diz respeito à ineficiência do aparelho policial: em São Paulo, no ano passado, 90% dos homicídios não foram elucidados.

Tião Viana chamou a atenção para o déficit do sistema prisional – segundo ele, 15 mil detentos permanecem presos em delegacias paulistas. Na avaliação do se-



Tião Viana considera que reforma do Judiciário será importante no combate ao crime

nador, não há construção de presídios capaz de resolver o problema, uma vez que presídios federais de médio porte comportariam apenas 800 presos.

– Precisamos romper com este ciclo, do contrário estaremos enxugando gelo. São necessárias intervenções macro, mas também medidas pontuais de alto impacto, baixo custo e fácil governabilidade – disse o senador, dando como exemplo o ataque à criminalidade em horários nos quais ocorre maior incidência de delitos.

Interrogatório por videoconferência ainda é polêmico, afirma Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) questionou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre a possibilidade de aceleração dos processos judiciais com a implantação do sistema de videoconferência, pelo qual o juiz interroga a distância um réu. Integrante da Subcomissão de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Garibaldi informou que, nos últimos dias, ouviu opiniões divergentes sobre o assunto. O ministro manifestou-se contra o sistema, advertindo inclusive para a possibilidade de que algum preso acabe não podendo apresentar defesa ampla com o sistema.

Thomaz Bastos também concordou com Garibaldi Alves quanto à constatação de que o sistema penitenciário tem se mostrado ineficaz para ressocializar os presos. O ministro observou que a tendência mundial caminha para as penas alternativas, com a manuten-



Garibaldi Alves Filho cita opiniões divergentes nas audiências públicas do Senado

ção de cadeias apenas para os criminosos perigosos.

O ministro disse que o fundamental no combate ao crime é a prevenção, sustentando que nenhuma lei, mesmo com penas extremamente severas, tem o poder de mudar a realidade.

– Criminalidade se resolve com polícia, Judiciário e sistema prisional – afirmou.

Para Mercadante, reformas ajudam a reduzir crimes

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, afirmou que as reformas constitucionais pretendidas pelo governo, especialmente a da Previdência Social, vão contribuir para redução da criminalidade. Com as mudanças, a União poderá destinar mais recursos a programas sociais e ao aumento do salário mínimo, “este de grande importância para reduzir as desigualdades no país”.

– O atual governo recebeu uma herança de extrema violência, com avanço do narcotráfico e do crime organizado. A Polícia Federal foi deixada com um número muito pequeno de agentes e o presidente Lula já determinou o aumento do seu contingente. Estamos acelerando a construção de presídios de segurança máxima, mas são problemas criados nos últimos 30 anos, os quais não podem ser resolvidos da noite para o dia – afirmou o líder governista.

Mercadante defendeu a votação, pelo Congresso, de uma reforma do Judiciário “em capítulos”, desde que “tenham consistência, que agilizem o processo judiciário”. Ele não acredita que o Congresso possa votar uma única lei de reforma do Judiciário porque o assunto é muito complexo e há divergência sobre as propostas.

O senador disse ainda que o ministro Márcio Thomaz Bastos tem dado “credibilidade, consistência e segurança” às medidas do governo na área de segurança pública.



Mercadante elogia Márcio Thomaz Bastos: “Credibilidade, consistência e segurança”

Ministro diz que proposta de mudança será “radical”

O senador César Borges (PFL-BA) perguntou ao ministro da Justiça se o governo pretende enviar um projeto de reforma do Judiciário para a apreciação do Congresso Nacional, ou se tomará alguma iniciativa em relação à reforma que está tramitando no Senado. Márcio Thomaz Bastos disse que a reforma que se encontra no Senado é “uma colcha de retalhos” resultante da pressão de diversos lobbies e interesses.

– Não é a reforma radical que pretendemos fazer – afirmou, acrescentando que, para uma reforma eficiente, é preciso antes um diagnóstico preciso e que “não se sabe como está o Poder Judiciário hoje e onde estão os pontos de estrangulamento”.

Thomaz Bastos informou que será publicado hoje, no *Diário Oficial*, o ato de criação da Secretaria Nacional de Reforma do Poder Judiciário, comandada por Sérgio Renault, secretário de Administração da Prefeitura de São Paulo na gestão Luiza Erundina (1989-92). O ministro também ressaltou a necessidade “indispensável” de um mecanismo de controle externo para o Judiciário, medida que já encontra apoio entre os próprios juizes.



César Borges adverte para o perigo das greves realizadas pela polícia militar

César Borges lembrou o perigo representado pelas greves institucionais da polícia militar, experiência que teve quando foi governador da Bahia, e argumentou que, armados, os policiais em greve passam a ser uma ameaça.

– Precisamos de um controle mais efetivo de toda a sociedade sobre as PMs – disse o senador.

O ministro disse que o problema das PMs está sendo considerado na elaboração do Sistema Único de Segurança e concordou sobre a necessidade de mecanismos de contenção “desses verdadeiros motins armados que são as greves nas PMs”.

ACM teme migração de criminosos dos grandes centros para o Nordeste

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem temer que a intensificação das ações do governo federal no combate à criminalidade em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Espírito Santo provoque a migração de criminosos para o Nordeste.

O senador admitiu recear também que a concentração de esforços federais nas áreas mais violentas do país venha a prejudicar o Nordeste na distribuição de recursos da União. Ao comentar o papel das Forças Armadas frente à disseminação da violência, o senador baiano discordou do ministro, que defendeu mudanças na participação de militares federais nas operações de segurança pública.

– O Exército resiste a isso, mas precisa mudar, até porque o governo não tem condições de apelar as Forças Armadas – declarou.



Antonio Carlos Magalhães espera que Nordeste não seja prejudicado com as medidas

Márcio Thomaz Bastos considerou “procedente” a preocupação do senador sobre a migração de marginais dos grandes centros para o Nordeste, mas informou que o governo federal já está organizando um sistema único de segurança pública em que aquela região estará inserida.

DEBATE NO SENADO

Lúcia Vânia pede providências contra o aumento de mortes violentas entre jovens

Durante o debate com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ressaltou o aumento no número de mortes violentas entre os jovens brasileiros, especialmente entre os provenientes de famílias de baixa renda. A violência tem causado inclusive diminuição da expectativa de vida entre os homens, observou a parlamentar.

Ela perguntou ao ministro se o Plano Nacional de Segurança Pública trata da prevenção ao crime em relação aos jovens. Também indagou qual a posição do governo quanto a projetos que tramitam no Congresso pedindo a redução da maioridade penal.

O ministro respondeu que a redução da maioridade penal não diminuiria a criminalidade. Ele citou os Estados Unidos, onde a redução não produziu os efeitos desejados.

Lúcia Vânia, que preside a Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude, lembrou que o país tem taxas inferiores às da Argentina e Uruguai quanto ao acesso ao ensino médio. Afirmou também ter sido surpreendida com a desativação do serviço de disque denúncia de violência contra a criança e o adolescente.

Segundo o ministro, a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil será significativa-



Lúcia Vânia pergunta se o Plano Nacional de Segurança Pública prevê ações em favor dos jovens

mente reduzida em dois anos. Ele também informou que o disque denúncia foi suspenso por irregularidades em sua execução, mas será relançado em 18 de maio.

Patrícia questiona eficácia de redução da maioridade penal

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) disse que tem dúvidas quanto à eficácia da proposta de diminuir a idade da maioridade penal de 18 para 16 anos como forma de reduzir a criminalidade infantil.

No debate realizado com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a senadora quis saber a opinião do ministro sobre o assunto. Perguntou também se não seria mais eficaz aumentar a pena para aliciadores de crianças e adolescentes.

Para o ministro, a maioridade



Patrícia Saboya sugere punição maior para os aliciadores de crianças e adolescentes

penal aos 16 anos não vai ajudar na luta contra a criminalidade. Ele lembrou que a medida foi adotada pelo então governador do Texas George Bush, e que o resultado foi o aumento nos números relativos à criminalidade.

Delcídio quer mais segurança nas fronteiras do país

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) pediu ao ministro Márcio Thomaz Bastos que o governo desenvolva "projeto consistente" para a segurança nas fronteiras do país, "por onde entram armas contrabandeadas e drogas". A melhoria da capacidade tecnológica das polícias, a integração entre a Polícia Federal e as polícias estaduais e o aumento do efetivo foram apontados pelo senador como medidas importantes para tornar as fronteiras mais seguras.

Para Delcídio, a população das fronteiras precisa de perspectivas



Armas contrabandeadas e drogas entram no Brasil pela fronteira, alerta Delcídio Amaral

de trabalho para não ingressar no tráfico de drogas ou no contrabando. Ele lembrou a vocação de Mato Grosso do Sul para a agricultura e a pecuária, e solicitou esforços para agregar maior valor aos produtos do campo.

Sarney resalta as contribuições de Thomaz Bastos

Durou quatro horas e 20 minutos a audiência do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no Plenário do Senado. A reunião encerrou-se com fala do presidente da Casa, José Sarney, para quem o ministro forneceu subsídios à discussão que se realiza no Congresso sobre a legislação penal brasileira e a segurança pública.

O presidente do Senado elogiou os serviços que o ministro tem prestado ao Brasil no campo do Direito e agora no Ministério da Justiça. Para Sarney, "esta foi uma grande tarde para o Senado e os subsídios recolhidos servirão grandemente para o debate do assunto de tanto interesse nacional".

José Sarney também enfatizou o apreço que a Casa dedica ao ministro da Justiça.



Sarney: subsídios fornecidos pelo ministro contribuirão para o debate

Augusto sugere ampliação do debate para todo o país

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) sugeriu ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a realização de conferências municipais, estaduais e nacionais sobre segurança pública.

Conforme disse, a discussão dos problemas relativos à violência e à segurança pública nos próprios locais em que eles ocorrem poderá contribuir na definição de soluções adequadas. "A violência é consequência da desigualdade social. Enquanto houver tanta diferença entre ricos e pobres, a violência será problema", afirmou.

Devido a compromisso agen-



Para Augusto Botelho, "a violência é consequência da desigualdade social"

do com o presidente da República, o ministro não teve condições de responder a Augusto Botelho. Márcio Thomaz Bastos, no entanto, prometeu enviar comentários, observações e respostas por escrito a todas as questões que não pôde debater.

Arthur Virgílio indaga sobre destino de Beira-Mar

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), indagou ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, sobre o destino do traficante Fernandinho Beira-Mar e o motivo de tanto sigilo sobre o tema. Quis saber também a opinião do ministro sobre a unificação das polícias civil e militar, e perguntou sobre a possibilidade de o governo federal tomar alguma providência para facilitar a adoção da medida.

Virgílio também perguntou sobre as providências que o governo já adotou, ou pretende tomar, na área da inteligência, investiga-



Arthur Virgílio quer saber opinião do ministro sobre unificação das polícias civil e militar

ção e acompanhamento tecnológico em relação ao crime organizado e lavagem de dinheiro.

Por causa de compromisso com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro enviará suas respostas ao senador por escrito.

Heráclito Fortes lamenta ausência de senadores do PT

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou seu "desconforto" ao ver um dos ministros "mais ilustres" do governo Lula comparecer ao Plenário do Senado "desprotegido" pelo partido governista. Conforme explicou, seu comentário tinha um "cunho pedagógico" e foi motivado pela ausência de senadores do PT na audiência pública com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

— Sugiro que os governistas esqueçam as ante-salas e estejam no Plenário aqui às quintas-feiras para respaldar seus ministros.

Heráclito lembrou que a promo-



Heráclito lembra que sugestão de audiências semanais partiu dos senadores da base governista

ção de audiências semanais com integrantes do governo partiu de sua própria base de apoio. E afirmou que a presença de Thomaz Bastos no Senado "deu mais ímpeto" que a vinda do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, "que tem a chave do cofre".

Comissão aprova Amaral para embaixada na França

Relações Exteriores também acata indicações de diplomatas para representar o Brasil em países do Caribe e da América do Sul

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou por unanimidade a indicação do diplomata Sérgio Amaral para o cargo de embaixador do Brasil na França. Também foram aprovadas por unanimidade as indicações de Orlando Galvêas Oliveira, para a embaixada do Brasil em Barbados e na Federação de São Cristóvão e Nevis, e de Ricardo Luís Viana de Carvalho, para o

cargo de embaixador no Suriname e em Santa Lúcia.

Sérgio Amaral é diplomata de carreira, doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Paris I, foi secretário de Comunicação Social da Presidência da República (1995/99), embaixador na Inglaterra, secretário-executivo do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1999) e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Ex-

terior (2000/2001).

O embaixador indicado disse que seu principal papel será aumentar o comércio bilateral. Lembrou que a França sempre apoiou o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e que os dois países têm visão idêntica sobre muitos temas internacionais e atualmente discutem os mesmos problemas internos, como as reformas tributária e previdenciária e a segurança pública.

Amaral informou aos senadores que os investimentos franceses no Brasil passaram de US\$ 2 bilhões para US\$ 12 bilhões nos últimos sete anos. Sobre os efeitos da invasão do Iraque e a oposição francesa, afirmou que "já há sinais de recomposição dos dois países, como a proposta da França de que se encerre o bloqueio econômico ao Iraque, o que é de interesse dos Estados Unidos".



Sérgio Amaral (E), Eduardo Suplicy e Marcelo Crivella: idéia do embaixador indicado é estimular ao máximo o comércio com a França

Indicado quer criar projeto piloto para o comércio exterior

O embaixador Sérgio Amaral disse ontem que vai transformar a embaixada na "casa dos empresários brasileiros". Segundo ele, a representação nacional na França precisa ter foco, definir prioridades e criar um projeto piloto para o comércio exterior. Ao responder aos senadores, afirmou que pretende nomear um especialista em cada cidade-chave da França, como Marselha, Le Havre e Lyon, em busca de oportunidades de exportação para produtos brasileiros. Ele quer garantir mercados não só para as chamadas *commodities* (produtos primários, como café), mas também para produtos industrializados.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) perguntou sobre o contencioso do Brasil com a França na agricultura, devido ao protecionismo francês e aos subsídios. Sérgio Amaral respondeu que as perspectivas não são ruins, porque a realidade francesa está mudando. Segundo ele, apenas um terço da população francesa vive hoje da agricultura, uma redução considerável.

Pedro Simon (PMDB-RS) per-

guntou se a França pode ter um papel internacional "dentro do velho espírito humanista e libertário característico da cultura daquele país".

O embaixador respondeu que o mundo não é mais bipolar como no tempo da Guerra Fria, mas, apesar disso, os instrumentos criados para garantir a ordem internacional estão sendo sistematicamente ignorados, porque os Estados Unidos só utilizam ou respeitam os organismos que eles mesmos criaram quando lhes convêm.

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que é praticamente impossível ao Brasil ter um papel relevante no comércio internacional, porque os países ricos impõem até mesmo barreiras fitossanitárias, como pretextos protecionistas.

Participaram ainda do debate os senadores Lúcia Vânia (PSDB-GO), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Tião Viana (PT-AC), César Borges (PFL-BA), José Agripino (PFL-RN), João Capiberibe (PSB-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Marcelo Crivella (PL-RJ).

Suplicy diz que Itamar está magoado e pode desistir

O presidente da CRE, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), confirmou ontem que o ex-presidente Itamar Franco se disse "triste e magoado", e que chegou a considerar a possibilidade de desistir da indicação para a embaixada em Portugal, por ter obtido uma aprovação apertada no Senado: 29 votos a favor e 25 contrários. Suplicy relatou o telefonema de Itamar em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), mas lembrou que não estava autorizado a atuar como "porta-voz" do ex-presidente.

Segundo Suplicy, Itamar lembrou que passou 16 anos no Senado, instituição que ele considerava como uma segunda casa, e que não esperava tal tratamento. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) acredita que o resultado da aprovação é produto de um dia tumultuado no Senado Federal, com muito atropelo no Plenário.

O líder do PT, senador Tião Viana (AC), manifestou sua solidariedade a Itamar Franco e lamentou que a votação tenha ocorrido "de maneira tão atípica".

Sarney recebe visita do representante português

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem em seu gabinete o embaixador de Portugal no Brasil, Antonio Franco, com quem debateu o estreitamento das relações entre os dois países, principalmente em nível parlamentar.

Sarney também concedeu audiência ao deputado norte-americano Phil English, do Partido Republicano, representante do

estado da Pensilvânia, que estava acompanhado por Tom Catania e Mark Smith, respectivamente presidente e vice-presidente da entidade empresarial Brazil-US Business Council, e de Melvin Spence, assessor do deputado democrata pela Louisiana William J. Jefferson, que não estava presente porque teve de antecipar sua volta aos Estados Unidos.



Saturnino (ao lado de Iris de Araújo) apresentou requerimentos para realizar audiências públicas sobre três projetos relativos ao cinema nacional

Subcomissão de Cinema realiza audiência pública

A criação de nova fonte de financiamento para o cinema nacional será tema de uma das três audiências públicas a serem promovidas pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática, decidiram ontem os membros do colegiado. A audiência debaterá projeto do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que regulamenta a contribuição das emissoras de TV para a produção audiovisual.

Essa contribuição, de acordo com Saturnino, estava originalmente prevista na lei que deu origem à Agência Nacional de Cinema (Ancine), aprovada no governo passado. No entanto, observou, foi retirada do texto final pouco antes de sua aprovação. Na reunião da subcomissão, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou que as empresas de TV têm se queixado de dificuldades financeiras.

— Se, além do esforço para contornar seus próprios problemas, as emissoras tiverem de financiar outras atividades, certamente haverá maiores dificuldades — advertiu Lobão.

Para Saturnino, Iris de Araújo (PMDB-GO) e Juvêncio da Fonse-

ca (PMDB-MS), autores do requerimento, os aspectos levantados por Lobão tornam ainda mais necessária a realização do debate. Eles ressaltaram que os representantes dos setores envolvidos serão convidados, quando terão oportunidade de apresentar suas posições.

Roberto Saturnino, presidente da subcomissão, observou que o governo federal já se posicionou favoravelmente às medidas que possam contribuir para uma relação mais adequada e proveitosa entre o cinema e a TV, principal objetivo desse projeto.

Também foi aprovado requerimento para a audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, sobre projeto do ex-senador Luiz Pastore que modifica a lei dos incentivos fiscais para a cultura (nº 8.313, de 1991). O projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) que institui um percentual de ingressos gratuitos nos espetáculos culturais destinados a profissionais da educação e a alunos das escolas públicas de educação básica também será objeto de debate público.

Infra-Estrutura acolhe nomes para dirigir DNIT

Indicado para diretor-geral anuncia que pretende reestruturar o departamento e implantar uma matriz de transporte capaz de reduzir custo Brasil. Mensagens deverão ser votadas no Plenário em regime de urgência

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem pareceres favoráveis a cinco indicações para a diretoria do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT). As mensagens presidenciais serão submetidas agora ao Plenário, em regime de urgência. O presidente da comissão, senador José Jorge (PFL-PE), lembrou aos indicados as responsabilidades inerentes aos cargos que deverão assumir naquele órgão de grande importância para o país.

Foram acolhidas as seguintes indicações: para diretor-geral, José Antônio Silva Coutinho; diretor da Infra-Estrutura Terrestre, Antônio Mota Filho; diretor de Planejamento e Pesquisa, Ricardo José Santa Cecília Corrêa; diretor de Administração e Finanças, Sérgio de Souza Pimentel; e diretor de Infra-Estrutura Aquaviária, Washington Lima de Carvalho.

Durante a sabatina, José Antônio Silva Coutinho, cuja mensagem foi relatada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), anunciou que pretende reestruturar o órgão e gerar uma matriz de transporte que possa diminuir o custo Brasil. Isso significa, explicou José Antônio, grande mudança nos rumos da política de transportes, com maiores investimentos em



Antes da votação dos seus nomes pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, indicados responderam a perguntas dos senadores

ferrovias e hidrovias.

PARCERIA COM ESTADOS

O indicado para diretor de Administração, Sérgio Pimentel, considerou ser necessário que o DNIT realize mais parcerias com os estados. O parecer favorável à sua escolha foi elaborado pelo senador Duciomar Costa (PTB-PA). Já Washington Lima de Carvalho, indicado para dirigir a Infra-Estrutura Aquaviária, afirmou que priorizará ações ligadas a programas de modernização e ampliação da capacidade instalada de portos e hidrovias, a fim de conferir maior eficiência ao transporte aquaviário. O seu nome foi aceito mediante relatório do senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ricardo José Santa Cecília

Corrêa, indicado para a diretoria de Planejamento, e cujo parecer favorável à nomeação foi emitido pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que deseja promover a intermodalidade do sistema rodovias-ferrovias-hidrovias.

Antônio Mota Filho, que deverá exercer a função de diretor de Infra-Estrutura Terrestre do DNIT, adiantou que, apesar da situação em que se encontra a malha rodoviária, a nova diretoria se esforçará para "fazer um trabalho sério e reverter o quadro atual". Segundo Antônio Mota Filho, 80% das rodovias brasileiras não passam por restauração há dez anos. Seu nome foi confirmado a partir de relatório elaborado pelo senador João Batista Motta (PPS-ES).

Senadores cobram recuperação de rodovias

Durante a sabatina realizada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, que acolheu a indicação de cinco diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, o senador João Batista Motta (PPS-ES) chamou atenção para o problema dos quebra-molas, proibidos pelo Código de Trânsito Brasileiro e que, na sua opinião, atrapalham o tráfego e põem em risco veículos e motoristas.

Motta disse esperar que o departamento determine uma fiscalização mais rígida para que as obras de recuperação das rodovias brasileiras sejam mais duráveis. Atualmente, afirmou, a restauração não resiste nem a seis meses e ninguém é punido. O senador Duciomar Costa (PTB-PA) fez pedido semelhante.

Conforme observou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), mesmo com a instalação de balanças para caminhões, o excesso de peso dos veículos de carga vem destruindo as rodovias. O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu que sejam terminadas obras que estão paralisadas nas rodovias de Santa Catarina. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) afirmou que Mato Grosso praticamente "não tem estradas".

Já o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) quis saber o total de recursos necessários para recuperar as rodovias brasileiras. O indicado para diretor-geral do Dnit, José Antônio da Silva Coutinho, disse que, segundo estimativas, a aplicação de R\$ 22 bilhões poderia resolver o problema em quatro anos.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) pediu mais investimentos em ferrovias e hidrovias e afirmou que já será uma grande conquista se o governo conseguir recuperar o que existe e terminar o que foi começado. O senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) expressou sua satisfação em ouvir falar em "mudança na matriz de transporte do Brasil".

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) observou que a iniciativa privada não tem capacidade de investir em ferrovias, nem na maioria das rodovias do Nordeste. Para ele, o governo tem que assumir essa questão. O senador Mão Santa (PT-PI) cobrou realização de obras rodoviárias no Piauí, enquanto João Ribeiro (PFL-TO) defendeu a recuperação da rodovia Belém-Brasília.

CAS debaterá com ministro combate a remédio falso

O ministro da Saúde, Humberto Costa, deve comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater a obrigatoriedade de as farmácias e drogarias de todo o país afixarem, em local visível ao público, cartazes contendo advertências e esclarecimentos sobre como detectar medicamentos falsificados. A data da reunião ainda será marcada.

A realização da audiência com o ministro, aprovada ontem pela comissão, foi proposta em requerimento da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e do senador Edison Lobão (PFL-MA). Ambos enaltecem o lado social da medida prevista em projeto de lei da

Câmara, mas disseram temer que, com a aprovação da proposta, os preços dos medicamentos venham a sofrer aumento, principalmente nas pequenas cidades.

O motivo, segundo Patrícia Saboya e Edison Lobão, é que a proposta exige que os cartazes de advertência sejam assinados por um farmacêutico responsável pelo estabelecimento comercial. Lobão observou que a grande maioria das farmácias, principalmente as localizadas no interior, não tem condições financeiras de contratar um farmacêutico. Com a obrigatoriedade, a única saída seria majorar os preços dos remédios, alertou.



Comissão de Assuntos Sociais quer saber a opinião de Humberto Costa sobre cartaz ensinando a detectar medicamento falsificado

Subcomissão vai discutir envelhecimento saudável

Na sua primeira reunião ordinária, a Subcomissão do Idoso aprovou ontem requerimento do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) solicitando audiência pública com a participação do presidente da Sociedade Brasileira de



Sérgio Cabral sugeriu audiência com especialistas

Geriatrics e Gerontologia (SBGG), Adriano Gordilho, para falar sobre o envelhecimento saudável. A reunião deverá ser realizada no dia 6 de maio, às 13h30.

Também deverão comparecer à audiência pública a professora

Maria Fernanda Lima Costa, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que abordará o perfil demográfico do idoso na cidade e no campo; a professora Úrsula Karsch, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, que falará sobre a política nacional do idoso; e o professor Renato Veras, reitor da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati), que discutirá sobre novos mercados de trabalho em decorrência do envelhecimento humano.